



**RELATÓRIO DO GRUPO PARLAMENTAR REGIONAL DAS MULHERES DO FÓRUM PARLAMENTAR DA SADC A SUBMETAR À 51<sup>a</sup> ASSEMBLEIA PLENÁRIA A SER ACOLHIDA PELO PARLAMENTO DO MALAWI DE 7 A 16 DE JULHO DE 2022**

**TEMA: "GARANTIR UMA GESTÃO EFICAZ DAS FINANÇAS PÚBLICAS ATRAVÉS DE ORÇAMENTOS NACIONAIS SENSÍVEIS AO GÊNERO"**

Senhor Presidente, por este meio rogo para que a presente Assembleia Plenária adopte o relatório do Grupo Parlamentar Regional das Mulheres à 51<sup>a</sup> Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC, submetido em 12 de Julho de 2022.

## ÍNDICE

<b>Índice página</b>	<b>N° da</b>
1.0	COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO: .....3
2.0	TERMOS DE REFERÊNCIA.....3
3.0	NÚMERO E DATA DA REUNIÃO E TEMA.....4
4.0	ANTECEDENTES.....4
5.0	RESUMO DAS APRESENTAÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO .....4
6.0	RESUMO DAS APRESENTAÇÕES PELOS PARCEIROS .....5
7.0	OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES .....9
8.0	ELEIÇÕES DA PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DO RWPC PARA 2022 A 2024.....10
9.0	CONCLUSÃO .....10
1.	ANEXO I – LISTA DOS FUNCIONÁRIOS .....11
2.	APÊNDICE II – CONSULTORAS .....11

## **1.0 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO:**

A Comissão é composta pelos seguintes Membros:

1. S.E. Anne Marie Mbilambangu, RDC
2. S.E. Shally Josepha Raymond, Tanzânia
3. S.E. Josefina Perpétua Diakité, Angola
4. S.E. Ruth Adriano Mendes, Angola
5. S.E. Maria Nascimento, Angola
6. S.E. Helena Bonguela Abel, Angola
7. S.E. Talita Monnakgotla, Botswana
8. Sua Realeza Princesa e Senadora Phumelele Dlamini, Eswatini
9. Sen. Busisiwe Dlamini, Eswatini
10. S.E. Tsepang Tsita-Mosena, Lesoto
11. S.E. Ntalla P. Mafa, Lesoto
12. S.E. Marie Jeanne d'Arc Masy Goulamaly, Madagáscar
13. S.E. Emeline Ramaroso, Madagáscar (Vice-Presidente)
14. S.E. Monica Chang'anamuno, Malawi
15. S.E. Rachel Zulu, Malawi
16. S.E. Marie Genevieve Stephanie Anquetil, Maurícias
17. S.E. Marie Joanne Sabrina Tour, Maurícias
18. S.E. Jerónima Agostinho, Moçambique
19. S.E. Maria Marta Fernando, Moçambique
20. S.E. Paula Kooper, Namíbia
21. S.E. Utaara Mootu, Namíbia
22. S.E. Agnes Kafula, Namíbia
23. S.E. Regina Esparon, Seychelles (Presidente)
24. S.E. Rosie Bistoquet, Seychelles
25. S.E. Audrey Vidot, Seychelles
26. S.E. Kelly Samynadin, Seychelles
27. S.E. Nkhensani Kate Bilankulu, África do Sul
28. S.E. Hlengiwe Mkhalephi, África do Sul
29. S.E. Hawa Subira Mwaifunga, Tanzânia
30. S.E. Julien Nyemba, Zâmbia
31. S.E. Mutinta Mazoka, Zâmbia
32. S.E. Goodlucky Kwaramba, Zimbabwe
33. S.E. Paurina Mpariwa, Zimbabwe
34. S.E. Tambudzani Mohadi, Zimbabwe

## **2.0 TERMOS DE REFERÊNCIA**

Os Termos de Referência do Grupo Parlamentar Regional das Mulheres (RWPC) estão em consonância com os termos da alínea d) do artigo 42.º do Regimento do Fórum Parlamentar da SADC,

### **3.0 NÚMERO E DATA DA REUNIÃO E TEMA**

O RWPC reuniu-se virtualmente no dia 25 de Abril de 2022, sob o tema "Garantir uma Gestão Eficaz das Finanças Públicas através de Orçamentos Nacionais Sensíveis ao Género".

### **4.0 ANTECEDENTES**

A 46ª Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC identificou as deficiências que existiam nos regimes de finanças públicas dos Estados-Membros da SADC que se deparam com problemas de corrupção, fraude, nepotismo, clientelismo, que tinham raízes comuns relacionadas com a forma como as finanças públicas são geridas.

Considerando que, nos contextos em que as mulheres carecem de empoderamento social, político, organizacional ou cultural comparativamente aos homens, foi possível presumir que a experiência das mulheres em relação à má gestão dos orçamentos era mais aguda do que a dos homens e de que tinham vias limitadas para responder aos efeitos dos fundos públicos mal geridos.

O projecto de Lei Modelo da SADC sobre a Gestão das Finanças Públicas reconheceu que havia um fosso considerável e uma desconexão entre a orçamentação e os compromissos internacionais que visavam melhorar as condições de vida das mulheres.

O RWPC reuniu-se para discutir as possibilidades disponíveis para melhorar a tomada de decisões por parte das mulheres e para aumentar a participação das mulheres no exercício orçamental. Nesse sentido, duas especialistas do PNUD, baseadas em Cabo Verde, foram convidadas a falar sobre o programa Pro PALOP-TL ISC, que se centra na implementação da orçamentação baseada no género e na inclusão do género em todas as fases do processo das políticas.

### **5.0 RESUMO DAS APRESENTAÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO**

Logo de início estava previsto que os Membros do RWPC fizessem uma breve apresentação sobre em que medida os seus orçamentos nacionais eram sensíveis ao género e sobre as medidas tomadas por cada Estado-Membro, ou que estes planeavam adoptar para garantir a sensibilidade e inclusão do género nos processos de elaboração, negociação e aprovação do orçamento. Esta metodologia foi adoptada para permitir a aprendizagem a partir das experiências dos diferentes países da SADC e determinar que medidas o RWPC poderia tomar para que os orçamentos sensíveis ao género fossem uma realidade em toda a Região.

S.E. Maria do Carmo do Nascimento de Angola referiu que o Grupo Parlamentar da Mulher estava a trabalhar em estreita colaboração com o

Ministério das Finanças para introduzir a perspectiva de género no orçamento nacional. Com base no Decreto Presidencial sobre Legislação Orçamental assinado em 2021, o orçamento nacional passa agora a ter em consideração as diferentes realidades e interesses dos homens e das mulheres na sociedade, decorrentes das suas funções de género.

S.E. Princess Kasune, da Zâmbia, partilhou que, pela primeira vez, a Zâmbia estava a focar-se na questão dos orçamentos sensíveis ao género e que esta era uma boa oportunidade para lançar este debate porque o Fundo de Desenvolvimento Local teve um aumento de K1,6 milhão para K25,7 milhões. Com a Presidente e Vice-presidente do Parlamento sendo mulheres, os deputados tiveram uma boa oportunidade de começar a colocar a questão de saber em que medida era sensível ao género o processo orçamental zambiano, e de lançar os debates necessários para introduzir as alterações necessárias.

S.E. Ts'epang Ts'ita-Mosena, do Lesoto, admitiu que o Parlamento estava em vias de apresentar observações, a partir das quais os parlamentares poderiam fazer considerações sobre o impacto real da legislação face aos problemas de género existentes. Esperava melhores formas de avaliar a orçamentação em matéria de género e afirmou que o formato de questionamento da Comissão não era muito útil. Por exemplo, apesar dos ganhos alcançados pelo país na luta contra o VIH e a SIDA, através do formato de questionamento da Comissão, não havia forma de identificar como o orçamento poderia ser sensível ao impacto da pandemia do VIH nas mulheres.

S.E. explicou, no entanto, que estava a ser implementado um projecto-piloto de orçamentação de género, em quatro ministérios (Finanças, Função Pública, Agricultura e Género), o que ajudaria a identificar e indicar em que medida a orçamentação nacional estava a ser efectuada na perspectiva de género.

Por último, a Sra. Presidente do RWPC Anne Marie Mbilambangu, da RDC, explicou que no seu país o Ministério do Género supervisionava a recolha de dados para o processo de orçamentação específica na perspectiva de género. Isso era feito através da agregação dos dados recolhidos por todos os ministérios a nível provincial. O Ministério do Género trabalha, em seguida, com representantes ministeriais provinciais e nacionais para determinar que questões e projectos de género devem ser incluídos no orçamento nacional.

## **6.0 RESUMO DAS APRESENTAÇÕES PELOS PARCEIROS**

Os Membros apreciaram as apresentações sobre o trabalho da Sra. Graça Sanches, Oficial Nacional para o Empoderamento da Mulher e Orçamentação na Perspectiva de Género no PNUD, e da Sra. Damaris Rosabal, Investigadora sobre o Empoderamento da Mulher e Orçamentação na Perspectiva de Género no PNUD. Ambas trabalharam no projecto Pro PALOP-TL ISC em Cabo Verde, financiado pela União Europeia e implementado pelo PNUD. Foi um programa de consolidação da governação económica e gestão dos Sistemas de Finanças

Públicas, que foi implementado nos países de língua portuguesa em África e em Timor Leste.

O projecto Pro PALOP-TL ISC visava reforçar as capacidades técnicas e funcionais das Instituições Supremas de Auditoria, dos Parlamentos Nacionais e da sociedade civil que trabalhavam no controlo das finanças públicas, e isso foi feito através de um modelo de inclusão da perspectiva de género no ciclo orçamental, denominado Abordagem de Todo o Governo.

Este modelo de integração da perspectiva de género transformaria os processos de tomada de decisão, tornando-os mais transparentes e capazes de integrar a perspectiva de género, introduzindo-a no processo orçamental a nível do Governo, do parlamento e da sociedade civil.

Na prática, o modelo propunha-se:

- Em primeiro lugar, identificar instrumentos jurídicos, ferramentas, orçamentos, níveis de desagregação da informação para análise e inspecção do orçamento numa perspectiva de género;
- Em seguida, apresentaria contributos substantivos aos parlamentos para enriquecer os debates sobre o orçamento do Estado e a advocacia na interacção dos membros-chave com as OSCs em apoio à monitorização das despesas públicas com foco no género;
- Finalmente, definiria indicadores e fontes de informação para monitorizar as despesas com base numa abordagem de género, tanto para os Parlamentos bem como para as OSC.

Na implementação deste projecto, era importante considerar se um Estado levou em conta as diferentes necessidades, interesses e realidades que os homens e as mulheres tinham devido aos seus papéis de género, e para tal teria de ter um orçamento que incluísse fundos para assegurar a execução de compromissos, tanto nacionais como internacionais, sobre a igualdade de género e o empoderamento da mulher. Os Estados precisavam de orçamentos que sustentassem a implementação de programas e serviços a prestar à população, promovendo simultaneamente a igualdade de acesso aos benefícios desses programas e serviços para todos. A igualdade de oportunidades e o acesso ao trabalho remunerado tanto para mulheres como para homens devem ser reconhecidos na elaboração dos orçamentos nacionais, não só porque constituía a âncora para a produção de bens e serviços, mas também para garantir a reprodução e sustentabilidade da vida.

Os objectivos de um orçamento que responde às questões de género são:

- abordar as diferentes implicações que o orçamento do Estado poderia ter na promoção da igualdade de género e garantir a igualdade de acesso e benefícios para todos;

- assegurar a afectação dos recursos necessários à implementação das políticas e estratégias de promoção da igualdade de género no Orçamento do Estado;
- melhorar a transparência, a responsabilização e a promoção da igualdade de género através de uma "Abordagem de Todo o Governo";
- criar condições técnicas necessárias para a inclusão da perspectiva de género nos processos de planeamento e orçamentação.

A Sra. Sanches argumentou que um orçamento sensível ao género era importante porque, para além dos aspectos da justiça social e do desenvolvimento social através da promoção da igualdade do género e do empoderamento da mulher, ajudou a reduzir a pobreza, gerando riqueza e emprego e acelerando o alcance dos 17 ODS e das suas respectivas metas nacionais. No contexto da Lei Modelo do Fórum Parlamentar da SADC sobre Gestão das Finanças Públicas, os orçamentos sensíveis ao género constituíam uma ferramenta para melhorar a eficiência na gestão das finanças públicas. Isto porque o processo de elaboração de uma tal política financeira expôs os decisores a todas as dinâmicas e fenómenos do sistema económico da sociedade, o que poderia contribuir para uma abordagem mais eficaz e uma utilização mais eficiente dos recursos públicos.

A Sra. Rosabal explicou que, para a análise qualitativa de um processo de orçamento nacional, o Pro-PALOP-TL ISC utilizou os documentos de planeamento nacional como base, enquanto para a análise quantitativa foram utilizados os mapas de investimento orçamental. Uma vez efectuadas estas análises, procedeu-se então a uma análise de interligação, para determinar a existência de coerência entre as duas análises.

Através deste processo, as investigadoras puderam identificar e depois classificar todos os programas em três níveis: o primeiro nível foram os programas cujo principal objectivo era a promoção da igualdade de género e eram explicitamente orientados para este propósito; no segundo nível estavam os programas que, embora não tendo a promoção da igualdade de género como o seu objectivo principal, incluíam intervenções que contribuiriam para alcançar este objectivo; e no terceiro nível estavam os programas que poderiam potencialmente incluir intervenções destinadas a promover a igualdade de género.

Esta metodologia foi importante porque foi considerada eficaz para:

- identificar os principais programas que visavam promover a igualdade de género e as suas ligações com os compromissos nacionais e internacionais;
- analisar a coerência entre o processo de planeamento e o processo de orçamentação e vice-versa;
- garantir a transparência das dotações do orçamento de Estado para os compromissos relativos à igualdade de género;
- enriquecer a monitorização e supervisão com informações específicas a todos os níveis do ciclo orçamental do Estado;

- elaborar recomendações técnicas sobre o quadro jurídico específico para o planeamento e a orçamentação, de modo a se alinharem com os compromissos nacionais e internacionais; e
- incluir questões temáticas específicas relativas à autonomia física, económica e de tomada de decisão das mulheres.

No estudo de caso de Angola, a investigadora constatou que a Política de Género de Angola estava alinhada com o Plano Nacional de Desenvolvimento, mas que o género era apenas incorporado nos pilares do Capital Humano e do Desenvolvimento Económico, o que mostrava que o género ainda tinha de ser plenamente integrado e incluído em todos os restantes pilares do processo de planeamento, deixando de fora os domínios da participação política e da saúde sexual e reprodutiva. A análise também constatou que havia incongruência entre os compromissos da CEDAW e os da Política de Género de Angola.

No caso de Moçambique, a análise confirmou o alinhamento entre o Plano Nacional de Desenvolvimento e o Plano para o Avanço da Mulher, principalmente no pilar do Capital Humano, Desenvolvimento e Justiça Social, que incluía as áreas de educação, saúde, participação e promoção da igualdade de género. No entanto, foram deixadas de fora áreas como o empoderamento económico, as infra-estruturas, os transportes, a gestão dos recursos naturais e outras áreas possíveis.

Em Angola, concluiu-se que 1,65% do orçamento anual para 2022 foi atribuído a programas cujo principal objectivo era a promoção da igualdade de género e que eram explicitamente orientados para esse fim (programas da categoria 1), 3,23% do orçamento foi afecto a programas que, embora não tendo a promoção da igualdade de género como o seu principal objectivo, incluía intervenções que contribuíram para atingir esse objectivo (programas da categoria 2), e 7,96% do orçamento foi canalizado para programas que poderiam potencialmente incluir intervenções destinadas a promover a igualdade de género (programas da categoria 3). Em Moçambique, 4,76% do orçamento era destinado a programas da categoria 1, enquanto 33,31% eram canalizados para os programas da categoria 2 e 7,24% para programas da categoria 3.

Com estas metodologias de investigação e análise de dados, a investigadora pôde preparar algumas recomendações que, se bem implementadas em Angola e Moçambique, poderiam traduzir-se em mudanças decisivas no exercício de orçamentação, em benefício das mulheres e de outros grupos vulneráveis.

O Comité também tomou conhecimento de que, desde o início da implementação do projecto Pro PALOP-TL ISC em países de língua portuguesa em África e Timor Leste, ocorreram algumas histórias de sucesso. O projecto resultou na criação e implementação em Cabo Verde e Angola de um Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira, um marcador de género. Com esta ferramenta, estes Estados poderiam agilizar o processo de planeamento

e acompanhamento da execução de despesas públicas prioritárias para a promoção da igualdade de género.

No caso dos dois Estados-Membros da SADC, Angola testemunhou a assinatura de um Decreto Presidencial com instruções para a preparação do Cenário Fiscal de Médio Prazo para 2022-2025, a aprovação de um orçamento sensível ao género em 2022 e a implementação do marcador de género no orçamento de Estado para 2022. Em Moçambique, manteve-se o trabalho em curso, mas foram registados progressos tendo o Ministério das Finanças introduzido reformas importantes, como o marcador de género no orçamento do Estado.

Para concluir, a Sra. Sanches felicitou o Fórum Parlamentar da SADC pelos seus esforços de advocacia das reformas na Gestão das Finanças Públicas e encorajou os Estados-Membros a incluir a perspectiva de género nos processos orçamentais e na legislação relacionada com a orçamentação. Recordou aos membros do RWPC que todas as reformas nos países africanos de língua portuguesa foram conduzidas por deputados, especialmente os Grupos das Mulheres, destacando o poder que detinham. Ela reiterou que as mulheres devem liderar e fazer lobby para mudanças nos seus círculos eleitorais.

Seguidamente, manifestou a sua preocupação com a necessidade de defender o empoderamento da mulher no local de trabalho e de garantir a segurança social, afirmando que isto dependia unicamente de fundos que devem ser devidamente distribuídos e geridos pelas instituições estatais através de políticas eficazes de Gestão das Finanças Públicas. Assim, a Lei Modelo da SADC sobre a Gestão das Finanças Públicas foi vista como uma importante ferramenta inicial para mudanças drásticas na Região.

O orçamento era o instrumento que materializava as políticas públicas. Os parlamentos e, em particular, as mulheres parlamentares tinham o poder de garantir a inclusão de género em todas as políticas públicas, através de lobbying, advocacia e auditoria, e poderiam influenciar marcadores e objectivos concretos que promoviam a igualdade de género.

## **7.0 OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES**

Por conseguinte, o Grupo Parlamentar Regional das Mulheres recomenda à 51.<sup>a</sup> Assembleia Plenária a:

**REITERAR** a necessidade de reformas na Gestão das Finanças Públicas na Região da SADC.

**INSTAR** os Estados-Membros a considerarem a implementação de programas semelhantes ao programa Pro-PALOP-TL ISC para reforçar as capacidades técnicas e funcionais das Instituições Supremas de Auditoria, dos

Parlamentos Nacionais e da Sociedade Civil que trabalham no controlo das finanças públicas.

**EXORTAR** ainda aos parlamentares da SADC a defenderem políticas sensíveis ao género, de modo a garantir que as políticas públicas nos Estados-Membros da SADC tenham em conta as diferentes necessidades, interesses e realidades que os homens e as mulheres têm em todos os momentos.

**ENCORAJAR** os Estados-Membros da SADC a implementarem processos orçamentais sensíveis ao género, a fim de responderem adequadamente às diferentes necessidades dos homens e mulheres, dos rapazes e das raparigas, no interesse de uma maior equidade na redução da pobreza e na promoção do desenvolvimento.

## **8.0 ELEIÇÕES DA PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DO RWPC PARA 2022 A 2024.**

Considerando que o mandato da actual Presidente e Vice-Presidente estava prestes a terminar, a eleição dos novos titulares de cargos do Grupo foi realizada no final da reunião. Em conformidade com o princípio de rotação, foram eleitos os seguintes titulares de cargos:

- (i) S.E. Regina L. Esparon, Membro do Parlamento (Seychelles) - Presidente
- (ii) S.E. Emeline Rakotobe Ramarosa, Membro do Parlamento (Madagáscar) – Vice-Presidente

## **9.0 CONCLUSÃO**

Os parlamentos desempenham um papel fundamental no processo orçamental. Para além da função de representação dos círculos eleitorais, desempenham também o papel de fiscalização que mandata os parlamentares a determinar se o governo dispõe de provisões adequadas para os vários programas públicos, e se o envelope de recursos possui recursos suficientes para a implementação dos programas e políticas de desenvolvimento aprovados. Este mandato parlamentar aplica-se mesmo aos programas e projectos que têm foco no género. O trabalho dos parlamentares pode, portanto, ter um impacto positivo na vida das mulheres, das raparigas e de outros grupos vulneráveis da sociedade. Nesse sentido, a elaboração da Lei Modelo da SADC sobre a Gestão das Finanças Públicas proporciona mais uma oportunidade para os parlamentares intensificarem os seus esforços de advocacia com vista a garantir a inclusão do género nos processos de orçamentação dos países.

Finalmente, o RWPC gostaria de exprimir a sua gratidão para com a Secretária-Geral e os funcionários do Fórum Parlamentar da SADC pela organização da reunião que resultou no presente relatório. O Comité gostaria ainda de manifestar o seu apreço a todas as consultoras pelo seu valioso contributo, que enriqueceu as deliberações durante a reunião.

## **1. ANEXO I – LISTA DOS FUNCIONÁRIOS**

Sra. Boemo Sekgoma, Secretária-Geral  
Sra. Clare Musonda, Directora – Governação Institucional  
Sra. Yapoka Mungandi, Directora – Administração, Finanças e Recursos Humanos  
Sr. Sheuneni Kurasha, Gestor de Programas – DGHR  
Sra. Edna Kanguya Zgambo, Secretária da Comissão – TIFI  
Sra. Betty Zulu, Secretária da Comissão – GEWAYD  
Sra. Sharon Muteto Nyirongo, Secretária da Comissão – FANR  
Sr. Dennis Gondwe, Secretário da Comissão – HSDSP  
Sra. Luziela Fernandes, Secretária de Comissão - RWPC  
Sr. Ronald Windwaai, Webmaster  
Sra. Paulina Kanguatjivi, Coordenadora de Programas  
Sr. Wilfried Kongolo, Estagiário das TIC  
Sra. Agnes Lilungwe, Assistente Pessoal da Secretária-Geral  
Sra. Veronica Ribeiro – Técnica, Angola

## **2. APÊNDICE II – CONSULTORAS**

Graça Sanches – Especialista de Género, PNUD  
Damaris Rosabal – Investigadora de Género, PNUD